

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. Branquitude: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020. 92pp

YURI FRANKLIN DOS SANTOS RODRIGUES 
Universidade Federal de Alagoas | Maceió, AL, Brasil
yurirodrigueshis@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe192013

Eu sou negro. Eu sou negro sim. Mas por acaso negro não tem olhos, Boca? Hein? Negro não tem mão, não tem pau, não tem sentido, Boca? Hein? Não come da mesma comida? Não sofre das mesmas doenças, Boca? Hein? Não precisa dos mesmos remédios? Quando a gente sua, não sua o corpo tal qual um branco, Boca? Hein? Quando vocês dão porrada na gente, a gente não sangra igual, meu irmão? Hein? Quando vocês fazem graça, a gente não ri? Quando vocês dão tiro na gente, porra, a gente não morre também? Pois se a gente é igual em tudo, também nisso vamos ser, caralho!!

Ó, *Paí, ó*. Produção de Monique Gardenberg, 2007.

Algumas imagens, passagens de textos ou diálogos podem, até certo ponto, incitar, provocar ou mexer com os observadores/leitores, nesses contextos, utilizar esses recursos com o propósito de traduzir uma ideia-chave pode ser bem interessante. A fala referenciada acima, retirada do filme “Ó, paí, ó”, foi aproveitada pelo autor do livro aqui resenhado. Um prelúdio da discussão? Uma provocação? Uma mensagem? Uma ideia-chave? Bom, talvez ela seja portadora de um conjunto de significados, entre eles está o de problematizar a diferença socialmente posta entre negros e brancos no Brasil, partindo do fenômeno da branquitude, construído historicamente, que efetiva e estabelecer os processos de dominação.

Assumidamente antirracista, Willian Conceição é historiador e antropólogo negro, formado em História pela Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e atualmente realiza doutoramento em Antropologia Social pelo Museu Nacional, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde a graduação sua preocupação de pesquisa esteve relacionada a



e192013

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe192013>

problemática negra no Brasil, depois foi ampliada, quando passou a estudar outros processos, como a branquitude, no mestrado, e as relações entre experiências, identidades e as políticas de assimilação na Guiana Francesa, agora no doutorado. Seguindo a perspectiva teórica, principalmente, de pensadores como Michel Foucault e Achille Mbembe, as temáticas de trabalho do autor parecem ter um denso fio que às ligam, apesar de reconhecer que suas preocupações podem ser diferentes, a depender dos contextos.

Branquitude: dilema racial brasileiro foi publicado em 2020, no contexto da pandemia do COVID-19, em que floresceram as desigualdades sociais entre classe, gênero e raça. Nesse ensaio o autor se desafia a produzir uma leitura crítica, ou revisão de literatura, capaz de introduzir os leitores na formação, atualização e manutenção das ideias da branquitude e brancura no Brasil, a partir de um viés histórico-antropológico.

Na primeira parte do trabalho, “O espelho quebrado de Narciso: o branco, a brancura e a branquitude”, que podemos compreender como a introdução, é mencionado o nascimento do movimento mundial #VidasNegrasImportam (#BlackLivesMatter), que procedeu a morte atormentadora do estadunidense George Floyd pela excessiva brutalidade policial. Em resposta, um tanto contraditória, outro movimento surgiu: o #TodasasVidasImportam, em parte essa organização opera a partir de um pacto narcísico, vinculado a branquitude, entre pessoas brancas que buscam, de forma consciente ou não, resguardar os seus privilégios que foram acumulados historicamente.

No encontro desses movimentos, das discussões sobre raça e racismo e da ideia de “corpos matáveis”, algumas perguntas provocadoras são feitas: “Se todas as vidas importam, por que umas são mais facilmente assassinadas? Ou por que algumas sofrem mais as consequências de nossos males sociais?” (Conceição 2020: 21). Para exemplificar, lançando mão de pesquisas realizadas nos Estados Unidos e no Brasil sobre o coronavírus, o autor mostra as diferenças nas mortes entre brancos e negros, reafirmando o quanto pesa a cor da pele dos indivíduos na dicotomia viver ou morrer.

Seguindo essas discussões, é problematizada a carência de reflexões mais profundas sobre o papel do branco no sistema das desigualdades raciais. Por isso, o livro emerge da necessidade de primeiro considerar o “branco” como categoria que foi construída temporalmente a partir do inter cruzamento de diversos fatores (devemos entender aqui como privilégios, explorações e dominações); e segundo, repensar a invisibilidade do tema da branquitude nas ciências humanas, compreendendo que essa ideologia é irradiadora do racismo e das desigualdades raciais e sociais.

Na segunda parte do livro, intitulada “O labirinto e o círculo vicioso: Raça, história, modernidade e nação no Brasil”, o autor faz um esforço apreciável para relacionar a ideia de raça, construída historicamente, a uma discussão processual, com pensadores que têm perspectivas diferentes, mas que enfaticamente buscavam explicar as diferenças dos grupos humanos a partir da cor e de traços fenotípicos, sendo personificados em princípios de desigualdade e inferioridade.

Nesse sentido, foi construída a concepção que os europeus, brancos, teriam qualidades superiores quando colocados os grupos em níveis de distinções, essa elaboração da raça, lembra o autor, foi arquitetada no contexto do desenvolvimento dos Estados-nações,

no século XIX. Duas categorias explicativas, com base científica, entraram em cena, na primeira, conhecida como monogenismo, acreditava-se na origem da descendência comum dos seres humanos, a partir de Adão e Eva. Ainda segundo esse paradigma, em determinado momento a espécie humana teria se fragmentado e, por vários motivos, alguns grupos teriam se degenerado, porém o fenotípico branco teria passado por poucas mutações, por isso, ele seria a base da humanidade. Na segunda, corrente de ideias denominada de poligenista, os grupos não tinham ligações uns com outros, assim, existia diversos núcleos humanos. De qualquer modo, na sua perspectiva os europeus brancos eram o grupo mais civilizado e, logicamente, destinados a dominar outros grupos.

O autor preconiza que as teorias sobre raça que surgem na Europa do século XIX devem ser relacionadas aos processos vinculados à modernidade, ao colonialismo e ao imperialismo, além do desenvolvimento industrial e das invasões de territórios. Interessante destacar também a capacidade do escritor em olhar para campos mais amplos nas suas análises sobre raça, pois ele reconhece que a operacionalização dessa ideia se relaciona com outras categorias como classe e gênero, observando a interseccionalidade.

No sentido de apresentar aos leitores como as teorias sobre raça tiveram impacto no Brasil, o autor utilizando até como laboratório no contexto de formação da nação, o autor dedica-se a explicar o estudo de quatro teóricos que, no século XIX, influenciaram o pensamento sobre raça e os labirínticos problemas da mestiçagem no país.

O primeiro, o alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), que ganhou o concurso de teses sobre a história do Brasil, transcorrido na década de 1840, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), acreditava que a mestiçagem brasileira não produzia degeneração, pois a natureza superior dos portugueses agiria na purificação de traços e qualidades da nova civilização. Ele indicou que a partir de um estudo sobre as características morais, físicas e cívicas das três raças que formaram a nação, indígenas, portugueses e africanos, é que poderia ser apontado o futuro do Brasil.

Em contraponto a essa concepção em certos tons favoráveis à mestiçagem, outra personagem será totalmente pessimista: o francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882). Este autor utilizou a realidade do território brasileiro para exemplificar uma visão fatalista da miscigenação. Segundo ele, que era alinhado ao pensamento monogenista, a miscigenação enfraqueceria o mestiço, pois ela diluiria as qualidades “inatas” das raças (branca, negra e amarela). Nesse sentido, o Brasil estaria fadado ao declínio e definhamento. Ainda de acordo com Gobineau, a raça branca teria a propriedade da beleza, inteligência e força; a ideia de brancura desenvolvida por ele seria colocada em risco com a mistura das raças, visto o desequilíbrio causado por ela, levando a destruição da humanidade.

As influências dos pensamentos citados até aqui podem ser vistas nos estudos de Sílvio Romero (1851-1914), político e intelectual brasileiro, que se envolveu nas discussões sobre os aspectos jurídicos nas concepções de raça. Ele observou com “bons olhos” a mestiçagem no país, apesar de considerar a existência de hierarquia entre as raças humanas, com classificações que estabelecem níveis superiores e inferiores. Sendo assim, a raça branca, representada pelos portugueses, era vista como superior. Suas análises partiam das relações entre raça e meio ambiente. Por isso, ele acreditava que o mestiço justificava uma condição

de vitória do branco, de modo que eles tinham dificuldades genéticas nos trópicos e esse processo possibilitava resistência climática, advinda dos africanos e indígenas. Por último, é importante salientar que Romero considerava o branqueamento como estratégia para diluição dos traços das outras raças, ou seja, a mestiçagem seria um processo transitório. A partir disso, Willian Conceição considerou em suas reflexões que a brancura conseguiu ter reconhecimento de valor e peso na identidade nacional.

Outro brasileiro fortemente inspirado nas ideias de raça durante o período foi Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), que acreditava nas políticas públicas eugenistas como solução dos problemas sociais. Segundo esse intelectual, os mestiços teriam características degenerativas, ligadas a inferioridade. Com isso, a função dos médicos e das autoridades era estabelecer uma higiene social, possibilitando o combate a grupos degenerados. Ficam nítidas as semelhanças entre Rodrigues e Gobineau em estabelecer o caráter pessimista da miscigenação.

Destarte, ficou inteligível com essas abordagens sobre o problema da mistura no Brasil foi construído no século XIX a partir das ideias biologizantes de raça. Logo, Conceição (2020), chama atenção para algumas questões: a) essas concepções e discussões sobre raça e cor envolveram o pensamento social brasileiro na fase de construção da nação; b) as considerações dos quatro autores, como podemos observar, não traduzem uma unidade, mas destacam a superioridade branca; c) a branquitude é um discurso sobre a superioridade branca, vinculando vigorosamente a identidade brasileira a esse grupo; d) apesar da decadência dos estudos apresentados, pelo menos no âmbito científico, os usos políticos dessas concepções estão presentes no decorrer da história do Brasil para justificar as relações de poder ou de dominação e exploração, que são partes estruturais e estruturantes das relações sociais.

Na terceira seção do livro, “A branquitude como campo de estudo no Brasil: um problema novo?”, o autor analisa a trajetória das discussões sobre esse fenômeno, destacando alguns pensadores do tema e suas principais contribuições. De acordo com ele, o campo de estudo da branquitude começou nos Estados Unidos da América, apesar de autores brasileiro, no decorrer do século XX, problematizarem a ideologia da brancura, como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Alberto Ramos.

Como apresentou o escritor, a psicóloga Maria Aparecida da Silva Bento foi uma das pioneiras nos estudos da branquitude no Brasil, relacionando-a à concepção de privilégio. Segundo a autora, as pessoas consideradas brancas uniram-se em prol de um pacto narcísico, que garantiria a manutenção e salvaguarda de vantagens raciais, sustentando as hierarquias e desigualdades. Então, a branquitude estaria vinculada a um lugar de privilégio, emaranhada por processos de autoproteção e por práticas individuais que são articuladas por conjecturas raciais construídas historicamente. Assim, a brancura operaria como um sistema de preferência. Seguindo essa lógica, observamos a sustentação do racismo e da predominância racial, com isso, a branquitude seria um pensamento ideológico enraizado na estrutura social.

Outra autora elencada foi a teórica da comunicação social Liv Sovik, que realizou uma interessante pesquisa sobre a branquitude em repertórios culturais, baseando-se em

representações imagéticas, históricas e contemporâneas de brancos e negros. Olhando para a mestiçagem, a autora argumenta a ritualização da branquitude e brancura que predomina na sociedade brasileira; esses fenômenos devem ser considerados na fundamentação de um processo, não como uma coisa, o que não possibilitaria seus interrogatórios. Ademais, segundo Sovik, é necessário reconhecer as especificidades das sociedades que produzem a problemática da branquitude, relacionando com regimes locais e globais. A sua interpretação não pode se limitar também a cor de pele, ao racismo ou a privilégios, mas como um dispositivo, conceituado por Michel Foucault, que instrumentaliza, a partir de técnicas e estratégias, as relações de poder. Desse modo, a branquitude estaria vinculada a quem ocupa um alto lugar na pirâmide social e ela é partilhada e expressa, como observa a autora em sua pesquisa, nos discursos públicos e culturais.

Para considerar a branquitude como uma construção histórica e social, que pode ser desconstruída, Conceição (2020) utilizou das ponderações do historiador Loureço Cardoso, que lançou a hipótese da diferença entre branquitude crítica, em que o grupo ou o indivíduo branco desaprovava o racismo, e a branquitude acrítica, que conservava o discurso da superioridade branca. Com a referência de autores como George Lipstz e Carlos Hasenbalg, Cardoso discute a branquitude como uma “propriedade” que está correlacionada com “ganhos materiais”. Podemos observar esse fenômeno se manifestar na transferência de riqueza herdada, na habitação e nas oportunidades de emprego, fatos que incentivariam a coesão da identidade racial, no caso, branca. Nesse sentido, aqui estaria outro ponto importante, que se relaciona a hipótese apresentada: apesar de um branco estar em condições sociais análogas a de um negro, ele jamais sentirá o peso da desigualdade racial, pois a sua cor estará sempre relacionada a vantagens. Como aponta o Conceição (2020, p. 69) “sua cor pode ser dissimulada, mas não apagada”.

Por último, o trabalho da psicóloga Lia Vainer Schucman é utilizado para difundir as complexas dimensões da branquitude na vida social, a partir da sua investigação com sujeitos de variadas classes, gêneros, origens, fenótipos e faixas etárias. Ela discutiu o modo objetivo e subjetivo deste fenômeno na manutenção de privilégios, na construção de hierarquias e em padrões de beleza. Para Schucman, a branquitude se manifesta como uma identidade historicamente construída a partir de relações na estrutura social que garantem o privilégio racial dos brancos. Seu entendimento também está próximo dos três autores anteriormente citados, quando considera a branquitude como associada a ideais fenotípicas, da concepção da pele clara, dos cabelos lisos e das funções sociais, apesar que essas características podem ou não ser incorporadas simultaneamente pelos indivíduos, levando a níveis e hierarquias de brancura. Destarte, a autora diferenciou branquitude e brancura, sendo a primeira relacionada a uma identidade e ideologia e a segunda vinculada a um dado fenotípico.

Na última parte do livro, *Branquitude à brasileira: uma tragédia cotidiana*, o autor apresenta com suavidade e inteligibilidade o fenômeno da branquitude em situações aparentemente triviais, comuns e ordinárias, cenas cotidianas de tragédias à brasileira. O primeiro contexto é o caso do “futuro ex-ministro negro” Carlos Alberto Decotelli, que teria as qualidades desejadas para assumir o Ministério da Educação, com a saída de Abraham Weintraub, porém Decotelli, assim como outros indivíduos que compõem o governo

Bolsonaro, como Damares Alves, Ricardo Salles e Weintraub, apresentou inconsistência nas informações acadêmicas disponibilizadas. No caso de Decotelli, ele não teria cursado doutorado e realizado o pós-doutorado nas universidades indicadas. O autor lembra que casos anteriores de informações falsificadas, de plágios ou “equivocos” não tiveram tamanha repugnância como o caso de Decotelli. Então Conceição lança algumas perguntas: “Mas o que leva a que esses ministros se mantenham nos cargos, exceção de Weintraub, de que seus casos não tenham resultado em tamanha repugnância social? E o que as relações raciais têm a ver com esse cenário?” (Conceição 2020: 78).

De acordo com o autor, é assim o modo de funcionamento da abordagem construída pela branquitude, que afirma os mecanismos de humilhação e destruição do corpo negro que deve ser corrigido, pois sua suposta “natureza” o levará a esses episódios, como acreditam os brancos.

O outro caso aconteceu no decorrer da pandemia de Covid-19, em um bairro elitizado na cidade do Recife, em Pernambuco. Precisando trabalhar, Mirtes de Souza se deslocou da sua casa, com seu filho Miguel, para o apartamento de luxo, no bairro Santo Antônio região central da cidade, da primeira-dama do município de Tamandaré, Sarí Cortez Real. Durante seu trabalho Mirtes precisou sair com o cachorro da patroa, deixando seu filho sob supervisão da empregadora; Miguel saiu para procurar a mãe acompanhado de Sarí, ele entrou no elevador, enquanto sua responsável impedia que as portas fechassem, ambos apertaram vários comandos para andares diferentes, como é evidente no sistema de vigilância; por fim, a patroa deixou o menino sozinho no elevador e apertou um comando na parte superior do controlador do aparelho de transporte; nesse meio tempo, o menino foi para o 9º andar e encontrou uma área desativada que conseguiu subir. Como a proteção estava solta, ele caiu e faleceu.

A infeliz situação narrada, segundo o autor, é um retrato da realidade estrutural da sociedade brasileira, em que particularmente mulheres negras deixam suas casas para trabalharem, mesmo no momento de pandemia, com o perigo de se contaminarem na casa “dos outros”. A morte de Miguel representa a corporificação do racismo e do olhar construído pela branquitude, fica evidente que a raça perpassa os corpos das crianças negras desde suas experiências na infância.

De forma perspicaz e sofisticada, o autor, desde as primeiras palavras do seu livro, apresenta ao leitor uma expressão da nossa realidade social, a branquitude, construída histórica e socialmente com níveis de hierarquia, padrões e atualizações, escamoteada nos complexos mecanismos das relações de poder.

A obra aqui resenhada, ao apresentar o dilema da branquitude brasileira com um tom didático e acessível, tem um potencial imenso em ser utilizada em diversos ambientes, do acadêmico às rodas de conversa. O diálogo entre teoria e prática (a exemplo dos casos citados no final do livro) possibilita um olhar mais analítico para as cenas cotidianas, imersas em práticas racistas que evidenciam as relações de poder que permeiam nossa estrutura social. Ao final, o gosto de “quero mais” certamente estimulará novas leituras e, conseqüentemente, outras intepretações de situações corriqueiras ou das próprias realidades sociais.

Com um trabalho de revisão de literatura, o autor buscou discutir como a branquitude é irradiadora do racismo e está atrelada a constituição das desigualdades sociais. Tal livro pode ser tornar uma leitura essencial, compreendendo seus limites, para aqueles que pretendem adentrar nas contemporâneas discussões sobre branquitude. Lembro que apesar do tema ter sido invisibilizados nas ciências humanas, na última década começou a ter espaço nos círculos acadêmicos e no debate público.

Para os futuros leitores terem alguma ideia dos autores utilizados por Conceição, cito a presença de nomes como: Achille Mbembe, Michel Foucault, Frantz Fanon, Silvio Luiz de Almeida, Maria Aparecida Silva Bento, Lourenço Cardoso, Lia Schucman e Liv Sovik, entre outros. Os quatro últimos foram escolhidos, pelo autor, pelo pioneirismo e influência no cenário nacional, mesmo com as aproximações e afastamentos. De forma geral, no conjunto da obra, eles formam o acervo teórico utilizado para abordar a temática principal do ensaio. Por fim, enfatizo que concordo com o autor quando argumentou que a branquitude deve ser vista como uma das faces do racismo, com multifaces estratégicas e escamoteamento. Nesse sentido, ter uma visão ampla do processo de construção dessa ideologia da branquitude é essencial para entender como na atualidade, a partir de ritualizações de narrativas, esse complexo sistema permite (e estabelece) a sobrevivência das desigualdades sociais. O texto parte da consideração que a branquitude é um dilema brasileiro, reconheço que “dilemas” são por definição sem solução (Fonseca 2008), mas os debates sobre eles permitem o enfrentamento honesto, e é isso que Willian Conceição nos permite.

Referências bibliográficas

- CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. 2020. *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.
- FONSECA, Claudia. 2008. “O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’”. *Teoria e Cultura*, v.2, n. 1: 39-53.

resenhista

Yuri Franklin dos Santos Rodrigues

Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Especialista em História e Antropologia pela Faculdade Única de Ipatinga. Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Contribuição de autoria: Yuri Rodrigues foi responsável pela leitura, sistematização das informações e escrita do texto.

Financiamento: A produção da resenha não foi apoiada pela bolsa de mestrado concedida pela CAPES>

Recebido em 01/01/2021

Aceito para publicação em 14/01/2022